

Editorial

A Revista Jurídica *Juris Rationis* lança sua oitava edição. E é com imensa satisfação que reafirmamos o progresso acadêmico da revista, através da submissão de vários trabalhos.

Agradecemos, desde já, a participação, colaboração e dedicação, bem como lembramos das edições anteriores e seus sucessos. Recebemos vários artigos de excelência, elevando o padrão da nossa Revista, contribuindo para a pesquisa acadêmica.

Apresentamos a sétima edição da REVISTA *Juris Rationis*, contributo para pesquisa científica nacional e internacional realizada no âmbito do Programa de Direito. A presente edição, reuniu textos relevantes, os quais tecemos alguns comentários.

O primeiro artigo do espaço *Juris Rationis* é “A LINGUAGEM JURÍDICA COMO MEIO ANTI-ISONÔMICO: A ILÓGICA ELITIZAÇÃO COMO ÓBICE AO ACESSO À JUSTIÇA”, de Mariana de Lemos Campos, a autora destaca o uso da linguagem jurídica no Brasil, evidencia seu aspecto elitizado, ao verificar a partir do instrumento linguístico que existe uma segregação social e anti-isonomia.

O Segundo artigo é de autoria de Isabela Sabino Bezerra de Sousa Morais, “ ALIENAÇÃO PARENTAL NAS RELAÇÕES DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA”, este artigo aborda o tema Alienação Parental observando, especialmente, a possibilidade de instauração desse instituto em relações de filiação socioafetiva, bem como a responsabilidade civil cabível em tais situações.

O terceiro artigo “ O DIREITO DE PETIÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: UM DIÁLOGO ATRAVÉS DA “LEGITIMAÇÃO PELO PROCEDIMENTO” DE LUHMANN”, de Paulo Wanderley de Sá Leitão Neto e Noel de Oliveira Bastos, o presente artigo visa à discussão do Direito de Petição, não apenas como um princípio constitucional de reivindicações da sociedade em relação ao Estado, mas também como mola propulsora de um procedimento, que irá culminar numa norma de decisão que deve ter como norteador os princípios constitucionais, mormente, a segurança jurídica.

Destacamos o quarto artigo “A ATUAÇÃO DO ESTADO REGULAR EM BUSCA DA PRESERVAÇÃO DE UMA PROPRIEDADE SOCIOAMBIENTAL”, de Úrsula Bezerra e Silva Lira, o presente artigo tem por escopo analisar a equilibrada relação que deve ser estabelecida entre a necessária proteção ambiental e o princípio da função social da propriedade.

No quinto artigo temos as autoras Cláudia Vechi Torres e Hortência Paula Melo da Rocha com a pesquisa sobre a “A BANALIZAÇÃO DAS CONDENAÇÕES POR DANOS MORAIS NAS DEMANDAS QUE ENVOLVEM DIREITO DO CONSUMIDOR: UMA

ANÁLISE SOBRE A PERDA DO CARÁTER PUNITIVO PEDAGÓGICO ”, o presente trabalho destaca que no momento atual, no âmbito do Poder Judiciário, existe um abundante debate sobre o que já se estabeleceu como a indústria do dano moral e enriquecimento ilícito, uma característica no sistema jurídico que ainda não foi quantificado, mas que cresce nitidamente nos últimos anos, vislumbram que a reparação do dano moral deve ter como alicerce, além da compensação e o consolo da vítima, um caráter punitivo pedagógico ao causador do dano.

O sexto artigo tem como título “JUSTIÇA RESTAURATIVA: PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO UM INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA”, de Wallton Pereira de Souza Paiva e Martha Lorena Fernandes da Costa, segundo os autores a justiça restaurativa é uma política criminal que tem como eixos a reparação dos danos, o envolvimento dos afetados e dos membros da comunidade e a transformação do papel governamental e da comunidade.

O Sétimo artigo trata do “TECNOLOGIAS SOCIAIS: A OPERACIONALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)”, de Diego Rocha Fernandes, em que seu estudo analisa a normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) através da Lei federal n. 12.305/2010, o processo decisório municipal e as estratégias de mobilização socioparticipativa que passaram a ocupar as agendas políticas pela operacionalização da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU)

Nesse sentido, reforçamos a importância e a necessidade de participação nas publicações científicas. O espaço Verbum é destinado aos alunos que estão iniciando suas pesquisas no espaço acadêmico, o que demanda um maior aproveitamento do espaço. É uma oportunidade de incentivá-los a buscar a pesquisa como meio de desenvolvimento acadêmico.

Quanto aos artigos dos profissionais do direito, reiteramos a importância da revista para fins de divulgação dos estudos avançados em matéria de direito.

Acreditamos na propagação do conhecimento por este mecanismo tão abrangente, possibilitando a integração entre as mais diversas áreas do direito.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos para a Revista, bem como aos membros do Conselho Científico pela preciosa colaboração na avaliação dos textos.

Excelente leitura!

Grazielly dos Anjos Fontes | Editora